

AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA POBREZA

NA INFÂNCIA E NA
ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

unicef 
para cada criança





SUMÁRIO

1

Apresentação

2

Metodologia

4

Resultados

18

Conclusões e recomendações

22

Anexo

NO BRASIL, 32 MILHÕES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VIVEM NA POBREZA

Já antes da pandemia de covid-19, a pobreza na infância e na adolescência, em suas múltiplas dimensões, tinha atingido quase dois terços da população de até 17 anos no Brasil, segundo esse estudo do UNICEF com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), de 2019. Em números absolutos, eram cerca de 32 milhões de crianças e adolescentes em situação de privação no País. Para se ter uma ideia da grandiosidade desse número, ele corresponde a pouco mais que a soma do total de habitantes das sete cidades mais populosas do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atualmente, o desafio é ainda maior porque os dados disponíveis relacionados a algumas dimensões indicam que o número de crianças e adolescentes privados(as) dos seus direitos aumentou durante a pandemia.

A pobreza multidimensional a que esse dado se refere é diferente do entendimento tradicional da pobreza monetária. Ela é resultado da inter-relação entre privações, exclusões e diferentes vulnerabilidades a que meninas e meninos estão expostos.

Nos últimos anos, o País vem enfrentando diversos desafios para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Este novo estudo conduzido pelo UNICEF, que você verá resumido nas próximas páginas, mostra que, entre os oito indicadores que compõem a pobreza multidimensional, três deles tiveram piora expressiva entre 2020 e 2022: alimentação, educação e renda. Os demais não puderam ser atualizados devido a dificuldades na coleta de dados pelo IBGE durante a pandemia de covid-19. Mesmo sem essa atualização, o cenário também se mostrou grave. Apenas o indicador de acesso à informação apresentou melhora significativa, entre 2017 e 2020. Trabalho infantil e acesso à moradia ficaram relativamente estáveis, mas em níveis de privação elevados. Em relação a água e saneamento, os avanços foram tímidos e insuficientes.

Em todas as dimensões, as desigualdades raciais e regionais persistiram de forma preocupante. Como acontece com outros indicadores, os grupos mais impactados são, em geral, os(as) negros(as) e indígenas e as populações das regiões Norte e Nordeste. Os problemas não são recentes. Refletem desafios antigos e estruturais do País, como mostra a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009 – 2017/2018.

A POF foi usada neste estudo porque proporciona uma visão histórica das dimensões consideradas, já que a Pnad Contínua é mais recente e não possibilita esse mesmo panorama. Assim, é possível ter um olhar aprofundado sobre os avanços e desafios da última década, destacados em quadros ao longo da publicação. A POF também permite uma análise da dimensão alimentação, que não é coberta de maneira sistemática pela Pnad Contínua.

Com este estudo, o UNICEF quer contribuir com os governos e os(as) tomadores(as) de decisão em todos os níveis não apenas para o entendimento e o diagnóstico da pobreza multidimensional na infância e na adolescência, mas também para o seu enfrentamento.

O cenário atual requer medidas urgentes e a priorização das políticas sociais no orçamento público para que o Brasil possa garantir a todos e a cada um(a) de nossos(as) meninos e meninas os seus direitos básicos, expressos na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, reiterando o seu compromisso com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de não deixar ninguém para trás.



SOBRE O ESTUDO

O UNICEF Brasil publicou seu primeiro estudo sobre a pobreza multidimensional na infância e na adolescência, em 2018,¹ com base em dados do período de 2005 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Em 2016, o IBGE substituiu a Pnad² pela Pnad Contínua. Com a mudança, foi preciso atualizar também a pesquisa e a base de dados, para poder acompanhar a evolução dos indicadores nos próximos anos.

Apesar de semelhanças com a versão de 2018, referentes à metodologia e às dimensões, o estudo que você tem agora em mãos tem diferenças importantes em relação ao anterior, que inviabilizam comparações entre ambos.

A primeira delas é relativa ao período e à própria fonte de dados. Diferentemente do estudo anterior, este relatório utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2017 a 2019/2020/2021/2022, dependendo da disponibilidade dos dados, para desenhar o cenário atual, e as pesquisas POF 2008/2009³ e 2017/2018, para uma análise histórica, relativa à última década, e também da dimensão de alimentação, que não é coberta de maneira sistemática pela Pnad Contínua. Em virtude das restrições impostas pela pandemia de covid-19, determinados indicadores, como trabalho infantil, não foram atualizados.

Além de mapear as múltiplas dimensões da pobreza (alimentação, renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação), este estudo do UNICEF, como o anterior, categoriza as privações em intermediária (acesso ao direito de maneira limitada ou com má qualidade) e extrema (sem nenhum acesso ao direito), de acordo com critérios como faixa etária, dados disponíveis e legislação do País (*confira o quadro*).

¹ UNICEF. *Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil*. Brasília, 2018.

² A Pnad foi coletada pelo IBGE de 1967 a 2016. A pesquisa encerrou-se com a divulgação das informações referentes a 2015, utilizadas no estudo sobre a pobreza multidimensional de 2018 do UNICEF.

³ A POF é realizada em períodos irregulares, entre a segunda metade de um ano e a primeira do outro.

Dimensões da pobreza na infância e na adolescência

DIMENSÃO	SEM PRIVAÇÃO	PRIVAÇÃO INTERMEDIÁRIA	PRIVAÇÃO EXTREMA	FONTE
 ALIMENTAÇÃO	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontre acima do considerado suficiente para alimentação apropriada e com padrão de alimentação apropriado	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontre abaixo do considerado suficiente para alimentação, mas o padrão de alimentação é considerado apropriado pela própria família	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontre abaixo do considerado suficiente para alimentação, e o padrão de alimentação não é considerado apropriado pela própria família	Pnad Contínua 2018-21 POF 2008/9-17/18
 RENDA	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontre acima da linha de pobreza monetária	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontre abaixo da linha de pobreza monetária ⁴	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em um domicílio cuja renda familiar se encontre abaixo da linha de pobreza monetária extrema ⁵	Pnad Contínua 2016-21 POF 2008/9-17/18
 EDUCAÇÃO	Criança e adolescente em idade escolar que frequentam escola sem atraso e sabem ler e escrever	Criança e adolescente de 9-17 anos que frequentam escola, mas com atraso Criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que frequentam um estabelecimento educacional	Criança e adolescente de 4-17 anos que não frequentam um estabelecimento educacional Criança maior de 7 anos e adolescente analfabetos(as) que não frequentam um estabelecimento educacional	Pnad Contínua 2016-22 POF 2008/9-17/18 Pnad Contínua 2016-22 POF 2008/9-17/18
 TRABALHO INFANTIL	Criança de 5-9 anos que não trabalhou ou realizou tarefas domésticas até nove horas na semana de referência Criança e adolescente de 10-13 anos que não trabalharam ou realizaram tarefas domésticas por mais de 14 horas na semana de referência Adolescente de 14-17 anos que trabalha por até 20 horas ou realiza tarefas domésticas por até 20 horas	Criança de 5-9 anos que realizou tarefas domésticas entre 10 e 20 horas durante a semana de referência Criança e adolescente de 10-13 anos que trabalharam por 14 horas ou realizaram tarefas domésticas entre 15 e 20 horas durante a semana de referência Adolescente de 14-17 anos que realizou tarefas domésticas entre 21 e 30 horas durante a semana de referência	Criança de 5-9 anos que trabalhou ou realizou tarefas domésticas durante mais de 20 horas durante a semana de referência Criança e adolescente de 10-13 anos que trabalharam por mais de 14 horas ou realizaram tarefas domésticas durante mais de 20 horas durante a semana de referência Adolescente de 14-17 anos que trabalhou por mais de 30 horas ou realizou tarefas domésticas por mais de 30 horas na semana de referência	Pnad Contínua 2016-19 Pnad Contínua 2016-19 Pnad Contínua 2016-19
 MORADIA	Criança e adolescente de 0-17 anos em lar com três ou menos pessoas por dormitório, tetos e paredes de material adequado	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em uma casa com quatro pessoas por dormitório, ou cujas paredes são de material inadequado, como madeira aproveitada	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em uma casa com mais de quatro pessoas por dormitório, ou cujas paredes e teto são de material inadequado, como madeira aproveitada	Pnad Contínua 2016-20 POF 2008/9-17/18
 ÁGUA	Criança e adolescente de 0-17 anos em uma casa com acesso à água internamente, procedente de fonte segura Criança e adolescente de 0-17 anos em lar com água dentro de casa, procedente de rede geral	Criança e adolescente de 0-17 anos que habitam uma residência que recebe água canalizada somente no terreno/área externa da propriedade Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em uma casa com acesso à água internamente, mas cuja procedência é de poço, fonte ou nascente	Criança e adolescente de 0-17 anos que habitam uma residência que não recebe água canalizada Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em uma casa com acesso à água internamente, mas cuja procedência é de água da chuva armazenada ou sem procedência conhecida	Pnad Contínua 2016-20 POF 2008/9-17/18
 SANEAMENTO	Criança e adolescente 0-17 anos que vivem em lar com banheiro de uso exclusivo e fossa séptica ou descarga na rede coletora ou pluvial	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em casa com banheiro compartilhado ou com fossa rudimentar	Criança e adolescente de 0-17 anos que vivem em casa sem banheiro ou com vala a céu aberto	Pnad Contínua 2016-20 POF 2008/9-17/18
 INFORMAÇÃO	Criança e adolescente de 9-17 anos que acessaram a internet no último ano	Criança e adolescente de 9-17 anos que não tiveram acesso à internet no último ano em casa, mas tinham uma televisão em casa	Criança e adolescente de 9-17 anos que não tiveram acesso à internet no último ano em casa, nem tinham uma televisão em casa	Pnad Contínua 2016-20 POF 2008/9-17/18

⁴ Equivale à linha de pobreza internacional do Banco Mundial (5,5 dólares por dia).

⁵ Equivale à linha de pobreza extrema internacional do Banco Mundial (1,9 dólar por dia).



O RAIO X DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL

A pobreza multidimensional na infância e na adolescência atingia 63,1% da população brasileira de até 17 anos, segundo o UNICEF, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), de 2019.

Esse percentual corresponde a 32 milhões de crianças e adolescentes, do total de 50,8 milhões – um contingente maior do que a população de muitos países latino-americanos e que a soma do total de habitantes das sete cidades mais populosas do Brasil.

Esse cenário se tornou ainda mais desafiador por conta da pandemia, porque, apesar dos avanços em determinadas áreas até 2019, entre 2020 e 2022 houve piora em alguns indicadores que compõem a pobreza multidimensional, de acordo com os dados disponíveis analisados pelo UNICEF.

Os principais fatores da pobreza multidimensional

Uma das formas de entender a pobreza é analisar as dimensões que a compõem. A decomposição dessas privações permite revelar quais são as dimensões ou os grupos comparativamente mais relevantes (de maior incidência na pobreza), constituindo assim um elemento orientador de políticas públicas para atenuar ou combater esse problema.

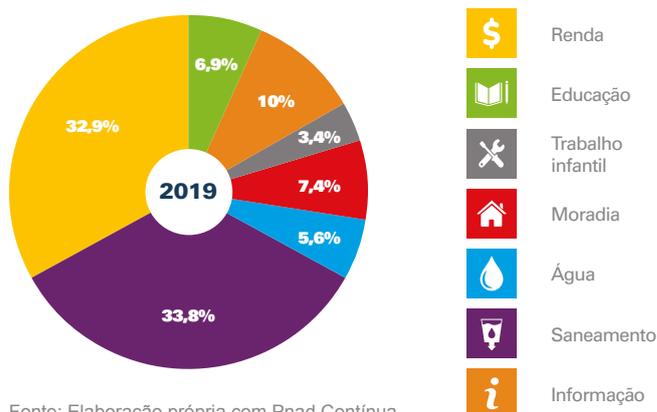
Isso vale tanto em nível nacional quanto estadual. Cada estado tem sua própria estrutura de privações e, conseqüentemente, as ações antipobreza implementadas também devem ser diferentes (*confira no Anexo os dados por estado*).

Devido aos desafios impostos pela pandemia, o IBGE não divulgou dados mais recentes de vários dos indicadores analisados. O último dado disponível para todos eles, e que permite, portanto, comparações (*confira o gráfico*), refere-se a 2019 — assim, é importante considerar que a pandemia agravou o quadro de privações, apresentado nas próximas páginas.

Em nível nacional, a dimensão que mais contribui para a pobreza é saneamento (33,8%), seguida de renda (32,9%). Ou seja, de cada dez situações de privação que afetam crianças e adolescentes no Brasil como um todo, três estão associadas à falta de banheiro de uso exclusivo ou de um sistema adequado de esgoto e outras três são relativas a um nível de rendimento inferior à linha de pobreza⁶ e de pobreza extrema.⁷

É importante destacar que as privações se dividem de maneira desigual entre a população, especialmente quando se analisam os critérios de raça/etnia, região de moradia e gênero. De modo geral, a pobreza multidimensional impacta mais fortemente as regiões Norte e Nordeste e negros(as) e indígenas.

Decomposição das privações por dimensões – Pnad Contínua⁸



⁶ Equivale à linha de pobreza internacional do Banco Mundial (5,5 dólares por dia).

⁷ Equivale à linha de pobreza extrema internacional do Banco Mundial (1,9 dólar por dia).

⁸ A dimensão de alimentação não entra no gráfico porque utiliza, além da Pnad Contínua, outra fonte de dados para o seu cálculo geral, a POF 2017-2018.



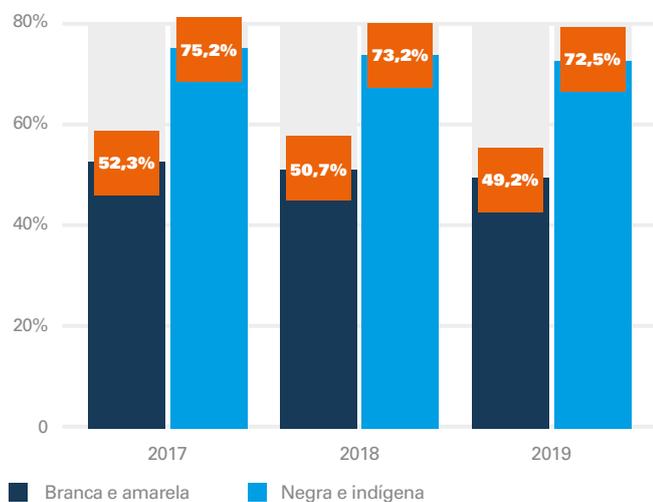
© UNICEF/BRZ/Sérgio Moraes

Piora em alimentação, educação e renda

Nessas três áreas, que são dimensões importantes da pobreza multidimensional, o cenário atual se mostra grave e preocupante. Entre 2020 e 2021, o contingente de crianças e adolescentes com privação no acesso à alimentação passou de 16,1% para 25,7%. O analfabetismo também voltou a subir, assim como as privações de renda.

Em 2021, o percentual de crianças e adolescentes de famílias com renda abaixo da linha de pobreza monetária extrema alcançou o maior nível dos últimos cinco anos: 16,1% (ante 13,8%, em 2017).

Crianças e adolescentes com alguma privação, por cor/raça – Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Nos demais indicadores, para os quais não há dados recentes, não houve avanços até o início da pandemia ou eles foram pequenos no período analisado. Apenas acesso à informação, que diz respeito a TV e internet em casa, apresentou uma melhora significativa até 2020. Mesmo assim, o acesso a essas tecnologias ainda é muito desigual, tanto em relação à raça quanto à região em que se vive.

Desigualdade racial

Em praticamente todos os anos analisados, há uma diferença de quase 25 pontos percentuais nos índices de privações para crianças e adolescentes negros(as) e indígenas, em comparação a brancos(as) e amarelos(as).

Embora haja um pequeno recuo nos números de 2017 a 2019, a diferença entre brancos(as) e amarelos(as) quando comparados(as) a negros(as) e indígenas continua sendo da mesma ordem de grandeza, mais de 23 pontos percentuais.

Desigualdade regional

Em 2019, 6 das 27 unidades da federação apresentavam mais de 90% das crianças e dos(as) adolescentes privados(as) de algum dos direitos analisados neste estudo. Apenas no Distrito Federal e em três estados do Sudeste o percentual de privação de crianças e adolescentes foi inferior a 50% (confira o mapa ao lado).

Grande parte da privação dos direitos pode ser reflexo direto das condições econômicas regionais, com crianças e adolescentes abaixo da linha de pobreza monetária vivendo em estados com menor PIB per capita. Os dois mapas desta página apresentam dados que permitem entender melhor o impacto da renda na pobreza multidimensional. O primeiro mostra o percentual de crianças e adolescentes privados(as) de algum dos direitos listados anteriormente, incluindo rendimento (dimensão renda). O segundo expõe o percentual de crianças e adolescentes privados(as) de pelo menos um dos direitos listados anteriormente, exceto renda.

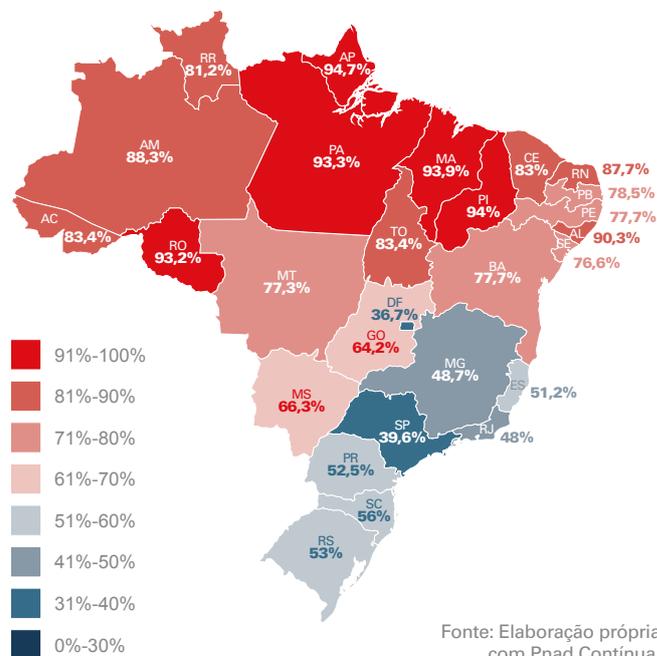
A comparação entre os mapas evidencia que os percentuais de privações não monetárias (segundo mapa) são mais baixos que os de privações que incluem renda (primeiro mapa) em todos os estados. Porém, a disparidade regional também é significativa no que se refere às privações não monetárias. Três estados, Amapá, Piauí e Rondônia, têm níveis acima de 90%, enquanto apenas São Paulo e Distrito Federal apresentam um percentual abaixo de 30%.

Também é relevante que, dentre os 49,8% de crianças e adolescentes com alguma privação não monetária, mais da metade sofria também de pobreza monetária. Por outro lado, dentre os 38,5% de crianças e adolescentes pobres, mais de dois terços sofriam de alguma privação não monetária. Ou seja, o aumento nas privações de renda pode fazer com que crianças e adolescentes acabem sendo atingidos(as) por privações de direitos em outras dimensões.

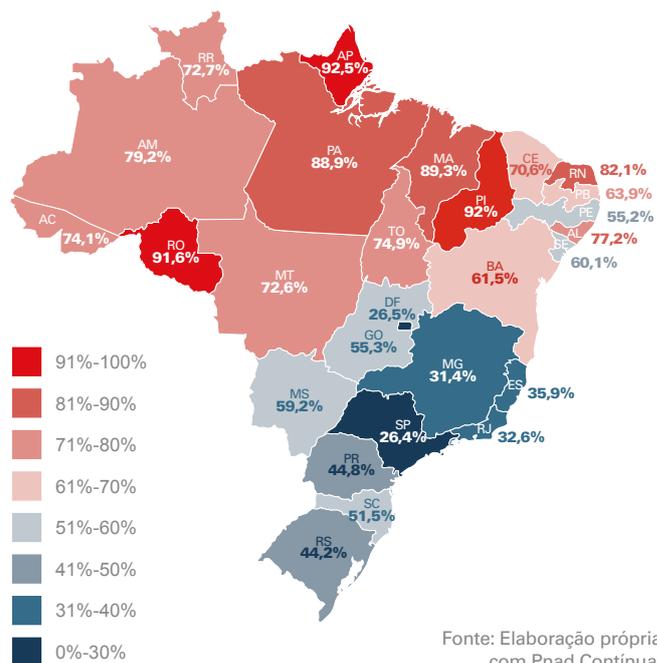
Desigualdade de gênero

As diferenças também estão presentes em relação ao gênero. Meninas são menos privadas na dimensão de educação, mas têm percentuais maiores de privação no que se refere ao trabalho infantil.

Crianças e adolescentes com alguma privação em 2019 – Pnad Contínua



Crianças e adolescentes com alguma privação não monetária em 2019 – Pnad Contínua

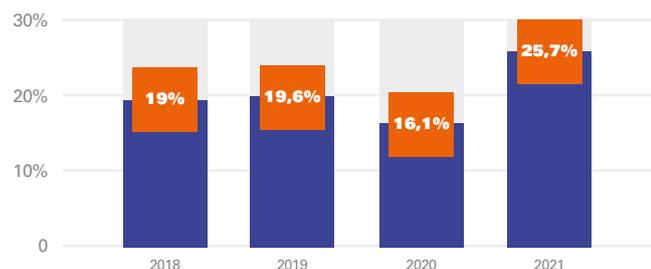


PANORAMA DA POBREZA

POR DIMENSÃO

ALIMENTAÇÃO⁹

Privação de renda familiar *per capita* para a alimentação – Pnad Contínua

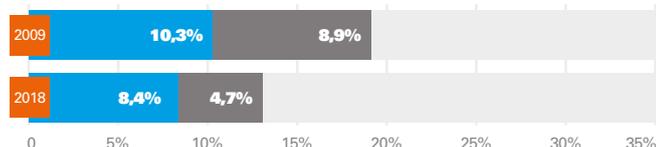


■ Soma total de privações (intermediária e extrema)

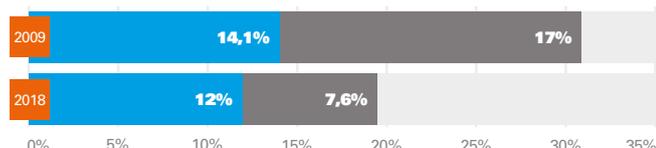
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua

Acesso à alimentação, 0 a 17 anos, por cor/raça – POF

Branca e amarela



Negra e indígena



■ Privação intermediária ■ Privação extrema

Fonte: Elaboração própria com POF.

Privação de renda familiar *per capita* para a alimentação por cor/raça – Pnad Contínua



■ Branca e amarela ■ Negra e indígena

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Na última década, entre 2009 e 2018, o número de crianças e adolescentes com privação extrema deste direito — o que significa viver em um domicílio cuja renda familiar se encontra abaixo do considerado suficiente para alimentação, e cujo padrão de alimentação não é considerado apropriado pela própria família — foi reduzido pela metade. Essa diminuição foi observada em praticamente todos os estados e para todos os grupos, especialmente crianças e adolescentes negros(as) e indígenas, que registraram uma queda de 17% para 7,6%.

A pandemia, no entanto, reverteu essa tendência de melhora, alterando bastante o cenário. Para mostrar o quadro mais recente, o estudo analisou, além de dados da POF 2017/2018, também os resultados da Pnad Contínua (edições 2018 a 2021), que permitem identificar o percentual de crianças em famílias com renda abaixo da linha considerada necessária para alimentação para cada grupo.

Entre 2018 e 2021, o contingente de crianças e adolescentes privados(as) de renda familiar necessária para uma alimentação adequada passou de 9,8 milhões para 13,7 milhões, um aumento de quase 40%.

O percentual de privação nessa dimensão permaneceu relativamente estável, em torno de 19%, até 2019. Em 2020, apresentou uma queda, possivelmente devido ao auxílio emergencial, seguida por uma alta considerável, em 2021, quando passou de 16,1% para 25,7% (*confira o gráfico acima*).

Aumento da desigualdade

Entre 2020 e 2021, os percentuais de privação também voltaram a subir tanto para negros(as) e indígenas quanto para brancos(as) e amarelos(as). Como acontece em outras dimensões, o aumento, no entanto, foi maior para o primeiro grupo que passou de 19,7% para 31,2%, aprofundando ainda mais a desigualdade (*confira o gráfico ao lado*).

⁹ Não há dados disponíveis sobre alimentos ultraprocessados e má nutrição nas pesquisas analisadas. Assim, essas questões não foram consideradas neste estudo.

REND A

Mais de 20 milhões de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos estavam privados(as) de um nível mínimo de renda para a satisfação de suas necessidades no Brasil, em 2019. Depois de saneamento, esta é a dimensão que mais contribui para a pobreza no País.

Até 2019, os níveis de privação de renda se mantiveram relativamente estáveis. Em 2020, houve uma queda significativa de cerca de 4 pontos percentuais em relação à privação extrema (renda familiar abaixo da linha de pobreza monetária extrema),¹⁰ em função do auxílio emergencial. Já em 2021, tanto a privação intermediária (renda familiar abaixo da linha de pobreza monetária)¹¹ quanto a extrema alcançaram o maior nível em relação aos anos anteriores: 16,1% (privação extrema) e 26,2% (privação intermediária), segundo a Pnad Contínua.

Desigualdades regionais e raciais

Como esperado de uma dimensão derivada diretamente das condições socioeconômicas, as diferenças regionais são ainda mais marcantes. Enquanto as regiões Norte e Nordeste tinham, em 2021, níveis de privação de renda, em geral, superiores a 50%, no Sul e no Sudeste, os percentuais ficaram em torno de 20% e 30% (confira o mapa).

A desigualdade racial também é grande e estatisticamente significativa, com diferenças acima de 15 pontos percentuais em todos os anos. Em 2021, o percentual de crianças e adolescentes negros(as) e indígenas com privação de renda era superior a 50%, enquanto o de meninas e meninos brancos(as) e amarelos(as) não chegava a 30%, de acordo com dados da Pnad Contínua (confira o gráfico).

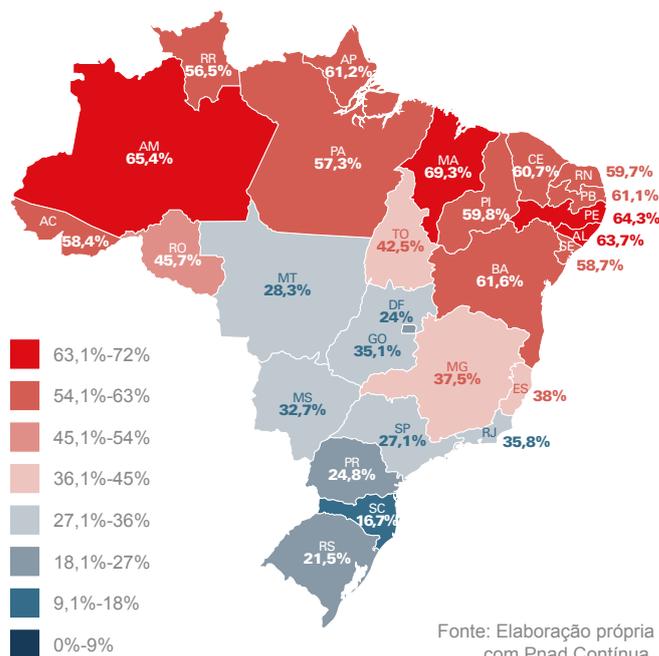
Racismo histórico e estrutural

O percentual de crianças e adolescentes com um nível mínimo de renda para a satisfação de suas necessidades havia aumentado entre 2009 e 2018, passando de 53% para 62,4%, segundo a POF. Embora tenha havido uma redução das privações para todos os grupos, a desigualdade racial permaneceu alta, com diferenças de cerca de 10 pontos percentuais.

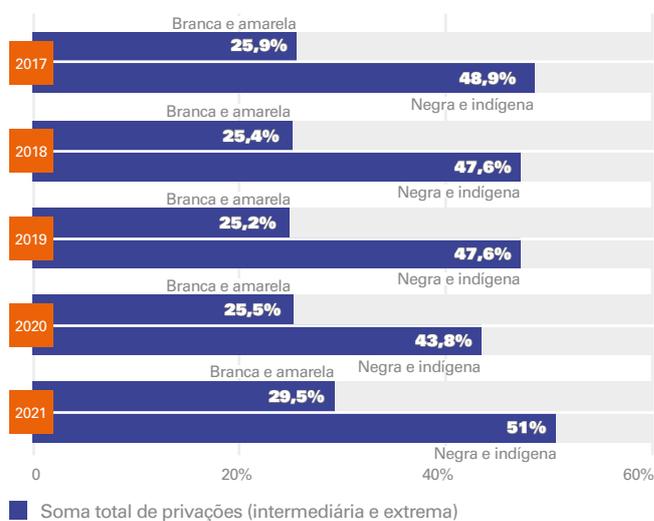
¹⁰ Equivale à linha de pobreza extrema internacional do Banco Mundial (1,9 dólar por dia).

¹¹ Equivale à linha de pobreza internacional do Banco Mundial (5,5 dólares por dia).

Privação monetária em 2021 – Pnad Contínua



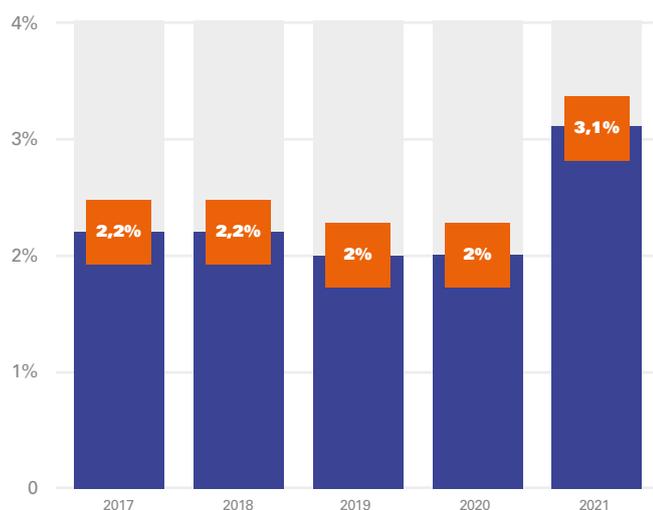
Privação monetária, 0 a 17 anos, por cor/raça – Pnad Contínua



EDUCAÇÃO

Em 2019, mais de 4 milhões de crianças e adolescentes apresentavam alguma privação no direito à educação no Brasil — ou seja, estavam em idade escolar e não frequentavam um estabelecimento educacional (privação extrema); ou frequentavam a escola, mas com atraso ou sem estar alfabetizados(as) na idade certa (privação intermediária). Embora as privações na dimensão de educação viessem apresentando uma pequena redução ano a ano, em decorrência da pandemia de covid-19 houve uma piora nos indicadores, relacionada principalmente com o aumento do analfabetismo.

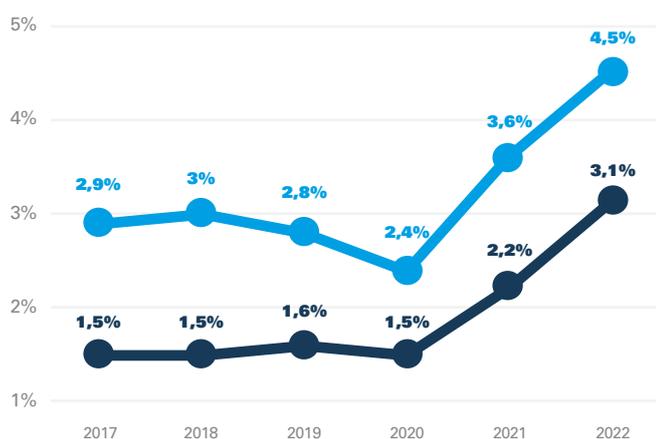
Analfabetismo, 7 a 17 anos – Pnad Contínua¹²



■ Soma total de privações (intermediária e extrema)

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Privação de alfabetização¹³



■ Branca e amarela ■ Negra e indígena

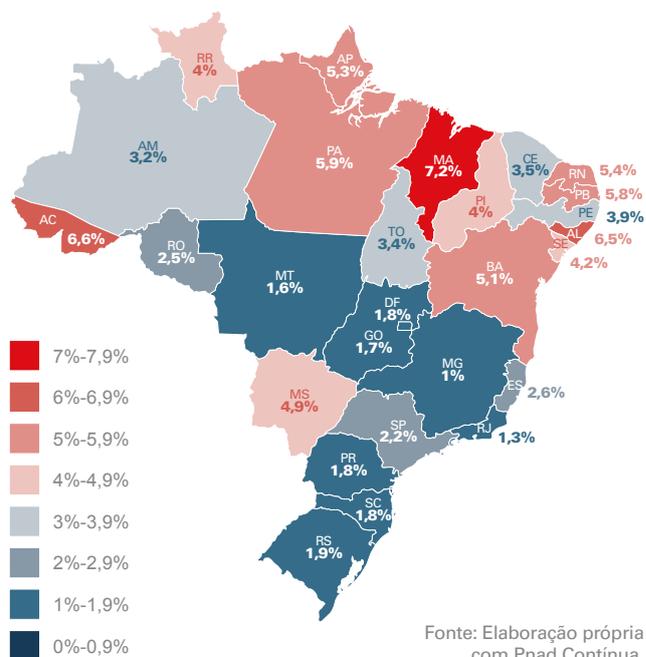
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua trimestral.

Trata-se de um cenário preocupante, uma vez que a privação de alfabetização impacta diretamente a aprendizagem e a trajetória escolar dos(as) estudantes, afetando principalmente crianças e adolescentes negros e indígenas, das regiões Norte e Nordeste e meninos.

Retrocesso no direito à alfabetização

Em 2021, o percentual de crianças com alguma privação em relação ao direito à alfabetização passou de 2% para 3,1%, um aumento de 55% (confira o gráfico).

Analfabetismo em 2021 – Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

¹² A Pnad Contínua anual só tem dados disponíveis para a dimensão de educação até 2021.

¹³ Gráfico elaborado com base na Pnad Contínua trimestral. Considera para o cálculo o segundo trimestre de cada ano.



Também houve um agravamento das desigualdades raciais. A diferença entre negros(as) e indígenas e brancos(as) e amarelos(as), que apresentava uma tendência de queda até 2020, voltou a crescer. Em 2022, o índice de crianças e adolescentes negros(as) e indígenas com alguma privação em relação ao direito à alfabetização era cerca de 45% maior do que o observado em brancos(as) e amarelos(as) (*confira o gráfico da página 10*).

Ao se analisar a localização, as diferenças também são grandes. Em 2021, o percentual de crianças e adolescentes com alguma privação em relação ao direito à alfabetização chegou a 7,2% no Maranhão, enquanto em Minas Gerais foi de 1%, o menor nível entre os estados (*confira o mapa da página 10*).

Tanto no acesso a escola na idade certa quanto na alfabetização, as meninas têm percentuais menores de privação do que os meninos, especialmente em relação à privação intermediária.

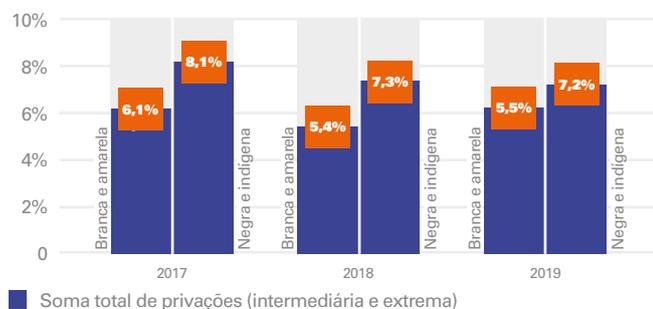
Avanços lentos e heterogêneos entre 2009 e 2018

Entre 2009 e 2018, o Brasil havia avançado em relação ao acesso à escola na idade certa e à alfabetização, segundo dados da POF. O percentual de crianças e adolescentes que frequentavam a escola, mas eram analfabetos(as) ou estavam em atraso escolar, tinha caído quase pela metade. Já o percentual de meninas e meninos que estavam fora da escola havia apresentado uma redução pequena, de menos de meio ponto percentual no mesmo período.

Apesar de a melhora ter sido observada para todos os grupos, o percentual de crianças e adolescentes negros(as) e indígenas com alguma privação de direito no acesso à escola, em 2018, era maior do que o de crianças e adolescentes brancos(as) e amarelos(as), em 2009, quase dez anos antes.

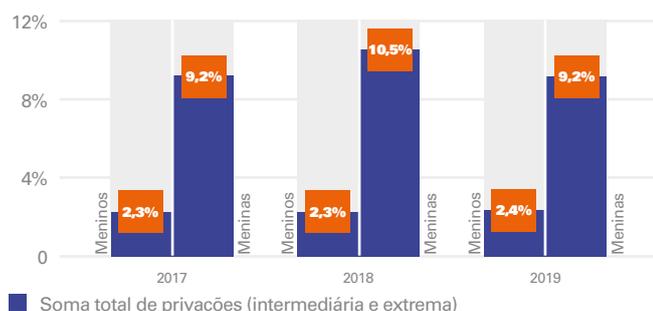
TRABALHO INFANTIL

Trabalho infantil, 10 a 13 anos, por cor/raça – Pnad Contínua



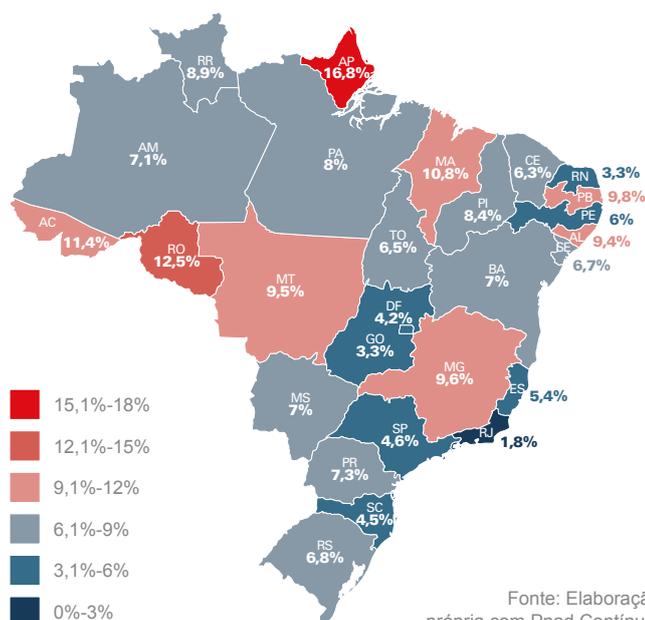
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Trabalho infantil, 14 a 17 anos, por gênero – Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Trabalho infantil de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos em 2019 – Pnad Contínua



No Brasil, mais de 2 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos exerciam algum tipo de trabalho infantil em 2019.¹⁴ Neste estudo, foram consideradas duas formas de privação em relação ao trabalho infantil, intermediária e extrema, de acordo com a idade e o número de horas trabalhadas remuneradas e/ou dedicadas às tarefas domésticas por semana (*confira o quadro na página 3*).

Entre 2017 e 2019, não houve melhora significativa tanto em relação à privação intermediária quanto à extrema. Os valores variaram pouco nesse período em todas as faixas etárias e ficaram em torno de 4% e 1,5%, respectivamente.

Como nas outras dimensões, as desigualdades de raça, regionais e de gênero também estão presentes, especialmente entre crianças e adolescentes acima de 10 anos.

Entre os meninos e as meninas de 10 a 13 anos, o percentual de negros(as) e indígenas em privação foi de 7,2%, enquanto para os(as) brancos(as) e amarelos(as) ficou em 5,5% (*confira o gráfico acima*). Adolescentes negros(as) e indígenas de 14 a 17 anos também apresentaram percentuais maiores de privação do que os(as) brancos(as) e amarelos(as) 6,1% e 4,9%, respectivamente (*confira o gráfico no Anexo*).

Persistem ainda as desigualdades regionais. Em geral, estados da região Norte apresentaram percentuais significativamente mais altos de trabalho infantil. Em 2019, a proporção de crianças de 10 a 13 anos em privação intermediária ou extrema chegou a 16,8%, no Amapá, e 12,5%, em Rondônia (*confira mapa*).

Meninas são as mais impactadas

Em relação às desigualdades de gênero, meninas, especialmente as adolescentes de 14 a 17 anos, são mais impactadas pelo trabalho infantil do que os meninos (*confira no Anexo a situação em relação às demais faixas etárias*). Em 2019, o percentual de meninas em situação de trabalho infantil era de 9,2%, enquanto para os meninos ficava em 2,4% (*confira o gráfico*).

¹⁴ Remunerado ou doméstico na própria casa, incluindo piores formas de trabalho infantil. Não considera menor aprendiz.

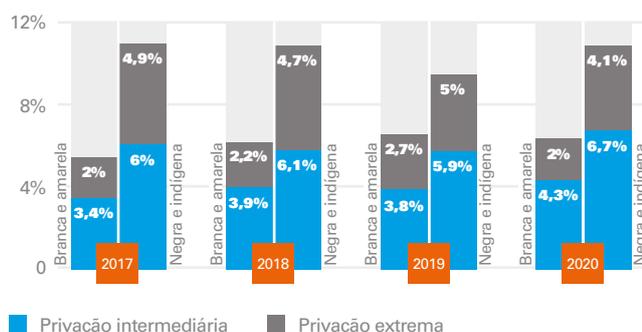
MORADIA

Aproximadamente um(a) em cada dez crianças e adolescentes vive em moradia inadequada no Brasil. Os dados mais recentes disponíveis são de 2020 (*confira o gráfico*) e registram uma piora nos níveis de privação intermediária deste direito. A privação intermediária é registrada quando a criança ou o(a) adolescente vive em uma casa com quatro pessoas por dormitório, ou cujas paredes são de material inadequado, como madeira aproveitada. Já a privação extrema se dá quando a criança ou o(a) adolescente vive em uma casa com mais de quatro pessoas por dormitório, ou com paredes e teto de materiais inadequados.

Na análise dos fatores regionais referentes à moradia inadequada, percebe-se que esse problema se concentra no Norte do País. Três estados dessa região, Amazonas, Amapá e Roraima, têm indicadores de moradia inadequada superiores a 20%. A situação é pior em Roraima, com 29,8%. No Centro-Sul, e mesmo no Nordeste, na maior parte dos estados, esse índice não passa de 10%. No entanto, há destaque negativo para São Paulo e Rio de Janeiro, estados que sediam os dois maiores conglomerados urbanos do País. Apesar do alto nível de desenvolvimento socioeconômico dessas unidades federativas, elas têm, respectivamente 10,6% e 12,8% de crianças e adolescentes em privação de moradia adequada.

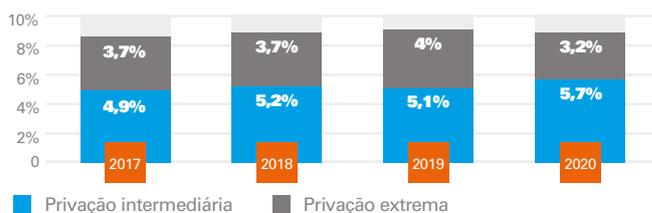
As desigualdades também estão presentes em relação a cor/raça. Em todos os anos analisados, há uma diferença estatisticamente significativa, de cerca de 2 pontos percentuais a mais, para negros(as) e indígenas, tanto para privação intermediária quanto extrema (*confira o gráfico*). No caso da privação extrema, a diferença entre negros(as) e indígenas e brancos(as) e amarelos(as) mais do que dobra. Em 2020, os percentuais eram de 4,1% e 2%, respectivamente.

Privação de moradia adequada, 0 a 17 anos, por cor/raça – Pnad Contínua



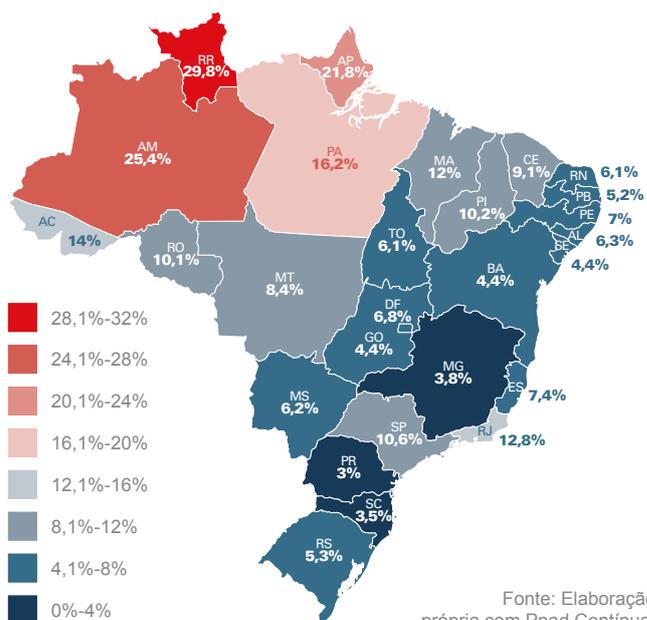
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Privação de moradia adequada, 0 a 17 anos



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Privação de moradia adequada em 2020 – Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Direito à moradia adequada avança pouco entre 2009 e 2018

Ao longo da última década, o percentual de crianças e adolescentes sem privação no acesso à moradia havia passado de 88% para 91%, segundo a POF. A desigualdade racial, especialmente em relação à privação extrema, se manteve ao longo do tempo, com negros(as) e indígenas com mais do que o dobro de privações do que brancos(as) e amarelos(as).

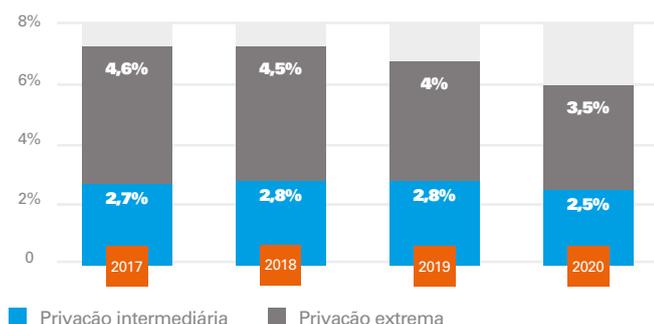
ÁGUA

De modo geral, os percentuais de meninos e meninas privados(as) do direito ao acesso à água (sem água canalizada ou com água canalizada somente no terreno/ área externa da propriedade) se mantiveram estáveis nos últimos anos (*confira no Anexo os números absolutos*), com uma melhora estatisticamente significativa em 2020 em relação à privação extrema. Com isso, o percentual de crianças e adolescentes que habitam um domicílio que não recebe água canalizada passou de 4,6%, em 2017, para 3,5%, em 2020.

Norte e Nordeste são os mais afetados

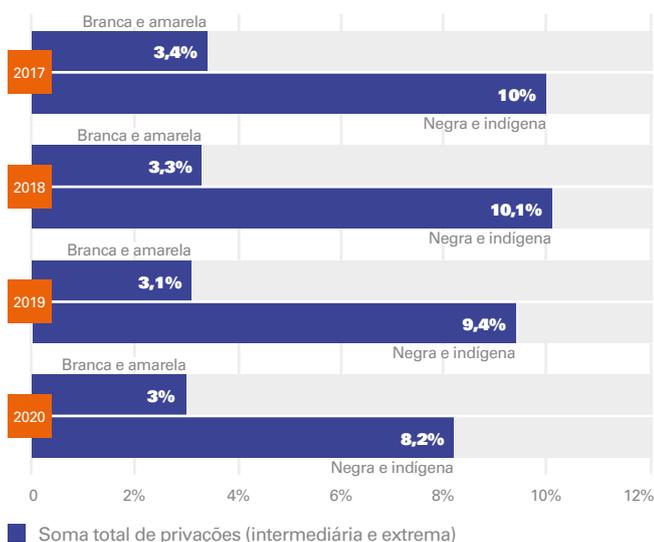
Mais uma vez, as desigualdades regionais se mostram presentes, com disparidades principalmente nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam os piores resultados referentes à privação de água, com percentuais acima de 19% em dois estados, Maranhão e Amazonas (*confira o mapa abaixo*). Na Região Sudeste, por outro lado, três dos quatro estados têm um percentual menor que 1%.

Privação de acesso à água, 0 a 17 anos – Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

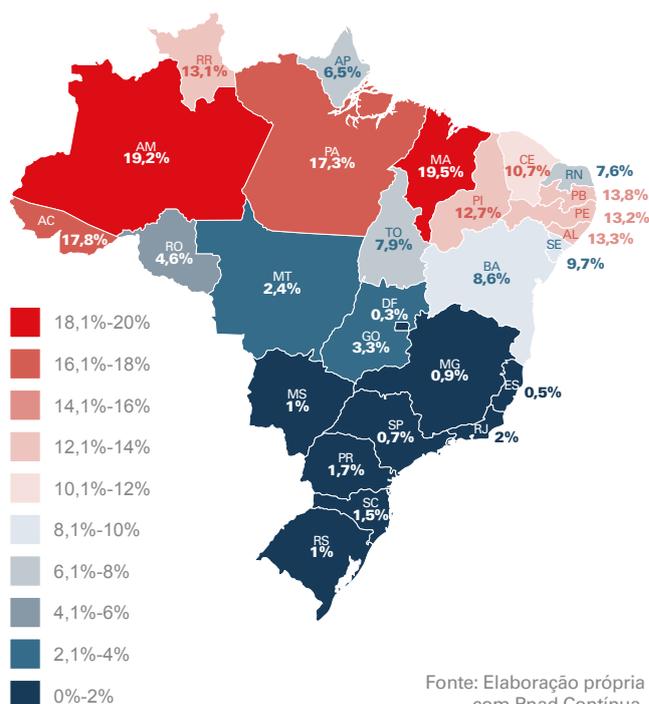
Privação de acesso à água, 0 a 17 anos, por cor/raça – Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Na análise por cor/raça, as privações entre crianças e adolescentes negros(as) e indígenas superam o dobro das registradas entre brancos(as) e amarelos(as). Em 2020, 8,2% das crianças e dos(as) adolescentes negros(as) e indígenas apresentavam alguma privação nessa dimensão, enquanto 3% dos brancos(as) e amarelos(as) estavam nessa mesma situação.

Privação de água em 2020 – Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.



© UNICEF/BRZ/Gabriela Portilho

Acesso à água se manteve estável, sem avanços, entre 2009 e 2018

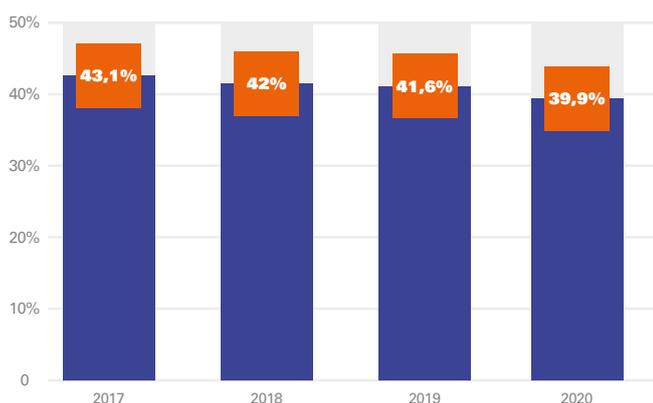
Entre 2009 e 2018, o percentual de crianças e adolescentes que vivem em uma residência sem água de fonte segura havia permanecido praticamente inalterado. Passou de 3,7% para 3,6% no período. As diferenças entre meninos e meninas negros(as) e indígenas e brancos(as) e amarelos(as) superaram o dobro do nível tanto em 2009 quanto em 2018, segundo a POF.

SANEAMENTO

Para a dimensão de saneamento, os números mais recentes analisados – da Pnad Contínua de 2020 – apontam que as privações atingem quatro em cada dez crianças e adolescentes. No entanto, é importante notar que houve uma pequena mudança nas opções do questionário da Pnad Contínua, com um aumento de alternativas sobre para onde vai o esgoto do banheiro, a partir da pesquisa relativa à primeira entrevista da edição de 2019. Com isso, a comparabilidade dos resultados de percentual de crianças privadas em qualquer nível não é alterada, mas os níveis de privação acabam não sendo comparáveis com os dos anos anteriores.

Apesar de diferenças estatisticamente não significativas entre os anos, em 2020, o percentual de crianças sem privação era maior do que em 2017, com diferença estatisticamente significativa.

Privação de acesso a banheiro e rede de esgoto, 0 a 17 anos – Pnad Contínua



■ Soma total de privações (intermediária e extrema)

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

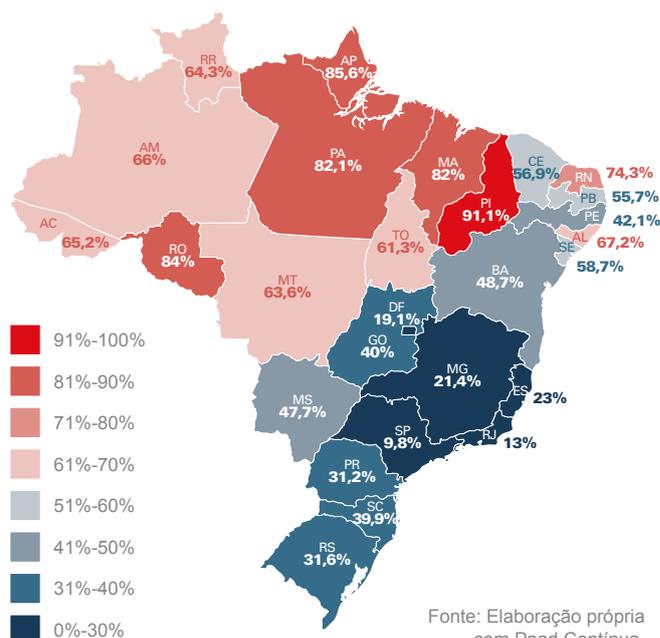
Saneamento melhora ao longo dos anos, mas situação permanece crítica

Na última década, o percentual de crianças e adolescentes sem acesso a banheiro e rede de esgoto havia passado de 56,2%, em 2009, para 44,6%, em 2018, segundo a POF. Apesar da melhora nos índices gerais, a desigualdade racial aumentou no período. Em 2018, a diferença entre o percentual de negros(as) e indígenas e o de brancos(as) e amarelos(as) que vivem em casa sem banheiro ou com vala a céu aberto havia chegado a mais que o dobro (10,9% e 4,6%, respectivamente).

Quando se analisa o acesso a banheiro e rede de esgoto nos diferentes estados, nota-se que os índices de privação são maiores no Norte e Nordeste. Com 91,1%, 85,6% e 84% de privações, respectivamente, Piauí, Amapá e Rondônia são os estados que apresentam os índices mais precários. Na outra ponta está São Paulo, com 9,8% da população de crianças e adolescentes de até 17 anos privados desse direito.

Há quase o dobro de crianças e adolescentes negros(as) e indígenas convivendo com esse tipo de privação do que brancos(as) e amarelos(as) (47% e 29,7%, respectivamente).

Privação de acesso a banheiro e rede de esgoto em 2020 – Pnad Contínua



Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

i INFORMAÇÃO

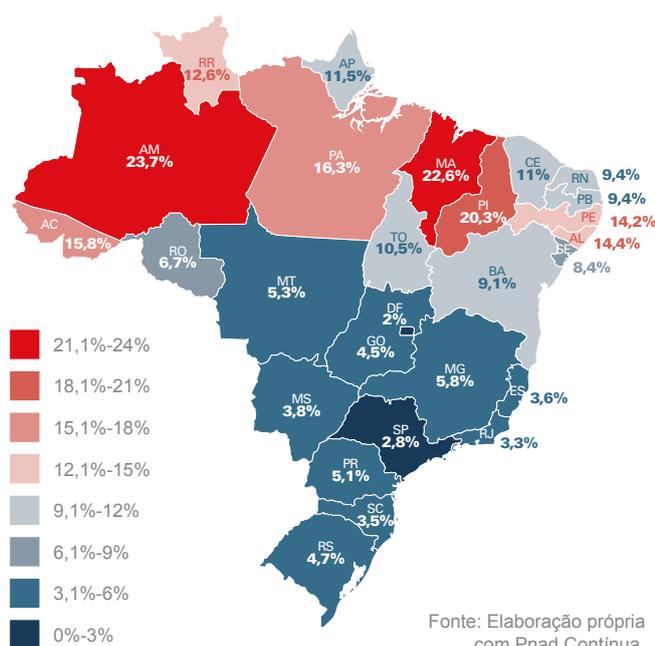
O acesso à internet e à televisão, especialmente à primeira, apresentou uma melhora estatisticamente significativa nos últimos anos.

De 2017 a 2020, o percentual de crianças e adolescentes que acessou a internet em casa no ano anterior à realização da pesquisa passou de 67,9% para 86,6%.

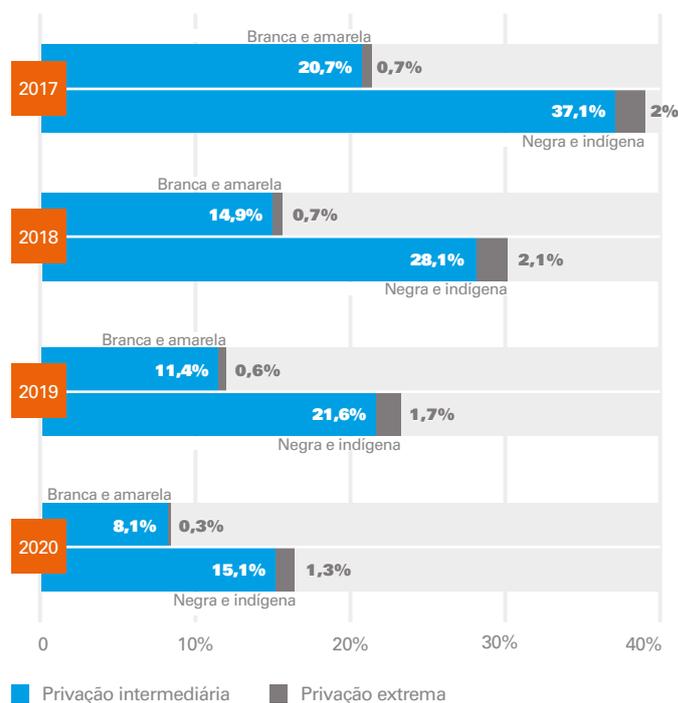
Desigualdade racial é grande e persistente

Os resultados mostram, no entanto, que o acesso a essas tecnologias é ainda muito desigual, tanto em relação à raça quanto à região onde se vive. Negros(as) e indígenas têm percentuais de privação intermediária (sem acesso à internet, mas com televisão em casa) e extrema (sem acesso à internet e sem televisão em casa) de quase o dobro em comparação com brancos(as) e amarelos(as), em todos os anos. A disparidade regional também é grande. Em São Paulo, por exemplo, menos de 3% das crianças e dos(as) adolescentes foram privados(as) desse direito em 2020, enquanto, em três estados do Norte e do Nordeste (*confira o mapa*), esse percentual passou de 20%, segundo dados da Pnad Contínua.

Privação de acesso a internet e televisão em 2020 – Pnad Contínua



Privação de acesso a internet e televisão, 9 a 17 anos, por cor/raça – Pnad Contínua



Acesso à internet melhora na última década, mas desigualdade racial aumenta

Entre 2009 e 2018, o percentual de crianças e adolescentes que acessaram a internet no último ano havia passado de 13,2% para 47,4%, segundo a POF. Uma melhora estatisticamente significativa. Apesar dos progressos, a desigualdade racial aumentou na última década, com negros(as) e indígenas com quase o triplo de privação extrema em relação aos(as) brancos(as) e amarelos(as), em 2018.



O ENFRENTAMENTO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Este estudo do UNICEF mostra que a pobreza multidimensional na infância e na adolescência é um fenômeno complexo, com causas diversas e inter-relacionadas. Por isso, exige ações abrangentes e intersetoriais para ser enfrentada.

Os resultados aqui descritos revelam que os avanços conquistados na garantia dos direitos de crianças e adolescentes ao longo dos anos em vários campos podem se estagnar e regredir, principalmente em situações de crise, como a pandemia de covid-19. Também ressaltam que os desafios estruturais e as desigualdades regionais, raciais e de gênero persistem no Brasil, apesar de todos os esforços para melhorar as condições de vida de todos os meninos e de todas as meninas do País nas últimas décadas.

Diante da gravidade desse cenário, é urgente priorizar as políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência, mesmo em um contexto de crise econômica, para reduzir as privações e retomar o caminho da evolução na proteção dos direitos dessa população.

É preciso ainda investir em propostas que beneficiem não só as crianças e os(as) adolescentes, mas também mães, pais e responsáveis, especialmente os(as) mais vulneráveis.

Em 2015, o Brasil e outros 192 países aderiram à Agenda 2030, visando alcançar até 2030 os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Onze dos 17 ODS têm relação direta com os direitos das crianças e dos(as) adolescentes.

A garantia de um presente e de um futuro sem privações para todas as crianças e adolescentes do Brasil, sem exceção, é, portanto, fundamental para o cumprimento da Agenda 2030.

O estudo do UNICEF que você tem em mãos é uma ferramenta de apoio para que os governos e tomadores(as) de decisão possam agir nesse sentido, enfrentando as múltiplas dimensões da pobreza, com programas e políticas customizados e assertivos, capazes de superar as desigualdades regionais, raciais, étnicas e de gênero.

As recomendações a seguir levam em consideração os dados apresentados, os ODS e a urgência das ações. Nossos meninos e meninas não podem esperar.

1

Priorizar investimentos em políticas sociais

Diante do cenário de pobreza multidimensional e de limitação de recursos financeiros, os governos federal, estaduais e municipais devem priorizar as políticas sociais em prol da infância e adolescência em seu planejamento e execução orçamentária. Deve ser dada ênfase às estruturas e ofertas do Sistema Único de Assistência Social (Suas), condição para que o acesso a serviços e benefícios da população vulnerabilizada se concretize.

Para atingir as metas da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Brasil precisará redobrar os esforços para aumentar os investimentos nessa área, priorizando políticas voltadas às crianças e aos(as) adolescentes vulneráveis e suas famílias em seu planejamento e execução orçamentária.

2

Ampliar a oferta de serviços e benefícios às crianças e aos(as) adolescentes mais vulneráveis

Além da assistência social, a educação, a saúde, a nutrição adequada, a infraestrutura sanitária básica e a proteção e segurança são vitais para todas as crianças e todos(as) os(as) adolescentes. Para reduzir os impactos da pobreza na infância e na adolescência, é preciso que esses serviços tenham os recursos necessários e sejam estruturados e integrados de maneira a ajudar a combater as desigualdades, que fazem com que determinados segmentos da população, como negros(as), indígenas e integrantes de comunidades tradicionais, sejam mais suscetíveis às privações.

3

Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

Criado para assegurar e facilitar o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) precisa ser fortalecido por meio de ações que vão desde a capacitação dos diversos atores sociais que compõem essa rede (profissionais de saúde, educação, assistência social e justiça, entre outros), para que atuem de forma integrada e articulada, até investimentos em ampliação e infraestrutura de equipamentos, como Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), que atendem e encaminham famílias vulneráveis ou com direitos violados.

4

Implementar medições e o monitoramento das diferentes dimensões da pobreza e suas privações por um órgão oficial do Estado

É importante que as medições oficiais sejam realizadas por um órgão estatal e com certa periodicidade. Este estudo do UNICEF é uma contribuição nesse sentido, mas é fundamental que os governos assumam a responsabilidade não só de produzir esses dados como também de interpretá-los, monitorá-los e, com base neles, propor políticas públicas.

A implementação desses mecanismos deve levar em conta ainda a necessidade de atualizar dados, como os de trabalho infantil, e ampliar as informações coletadas em diversas áreas.

5

Promover a segurança alimentar e nutricional de gestantes, crianças e adolescentes, garantindo a eles(as) o direito humano à alimentação adequada e reduzindo o impacto da fome e da má nutrição nas famílias mais empobrecidas

As estratégias devem levar em conta as desigualdades regionais e intramunicipais, principalmente nos grandes centros urbanos. Também precisam considerar as disparidades relacionadas a raça/etnia e os dados sobre o consumo de alimentos ultraprocessados e o seu impacto na obesidade de crianças e adolescentes.

Para tanto, pesquisas realizadas com mais frequência, como a Pnad Contínua, deveriam incorporar em seus questionários perguntas a esse respeito.

6

Implantar com urgência políticas de busca ativa escolar e retomada da aprendizagem, em especial da alfabetização

Encontrar cada um(a) dos(as) milhares de crianças e adolescentes fora da escola e atuar, de forma intersetorial, para possibilitar o início ou o retorno à escolarização, e a permanência deve ser prioridade dos municípios e estados. Cada área da política pública pode – e deve – contribuir, dentro de suas próprias rotinas, para o enfrentamento da exclusão escolar.

7

Priorizar, no âmbito das respectivas esferas de gestão, a agenda de água e saneamento para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas

O acesso à água segura e ao saneamento adequado é central para a garantia dos demais direitos de cada criança e adolescente. Para crianças menores de 5 anos, em especial indígenas, pode ser uma questão de sobrevivência. Por isso, em todas as discussões sobre como melhorar o acesso de populações excluídas e vulneráveis, os direitos e os melhores interesses das crianças devem estar no centro das atenções.

8

Implementar formas de identificar precocemente as famílias vulneráveis a violências, incluindo trabalho infantil

O trabalho infantil é apenas uma das formas de violência contra crianças e adolescentes. Este estudo só analisa esta forma porque foi a única disponibilizada na Pnad Contínua.

Assim, dada a insuficiência de dados sobre as violências contra crianças e adolescentes, é imprescindível ter um sistema regular de informações sobre esse tema. Trata-se de uma dimensão que precisa ser considerada em sentido amplo para compor índices de pobreza.

9

Promover e fortalecer oportunidades no ambiente escolar e na transição de adolescentes para o mercado laboral

Ações nesse sentido são urgentes para enfrentar o cenário desenhado por este estudo.

ANEXO

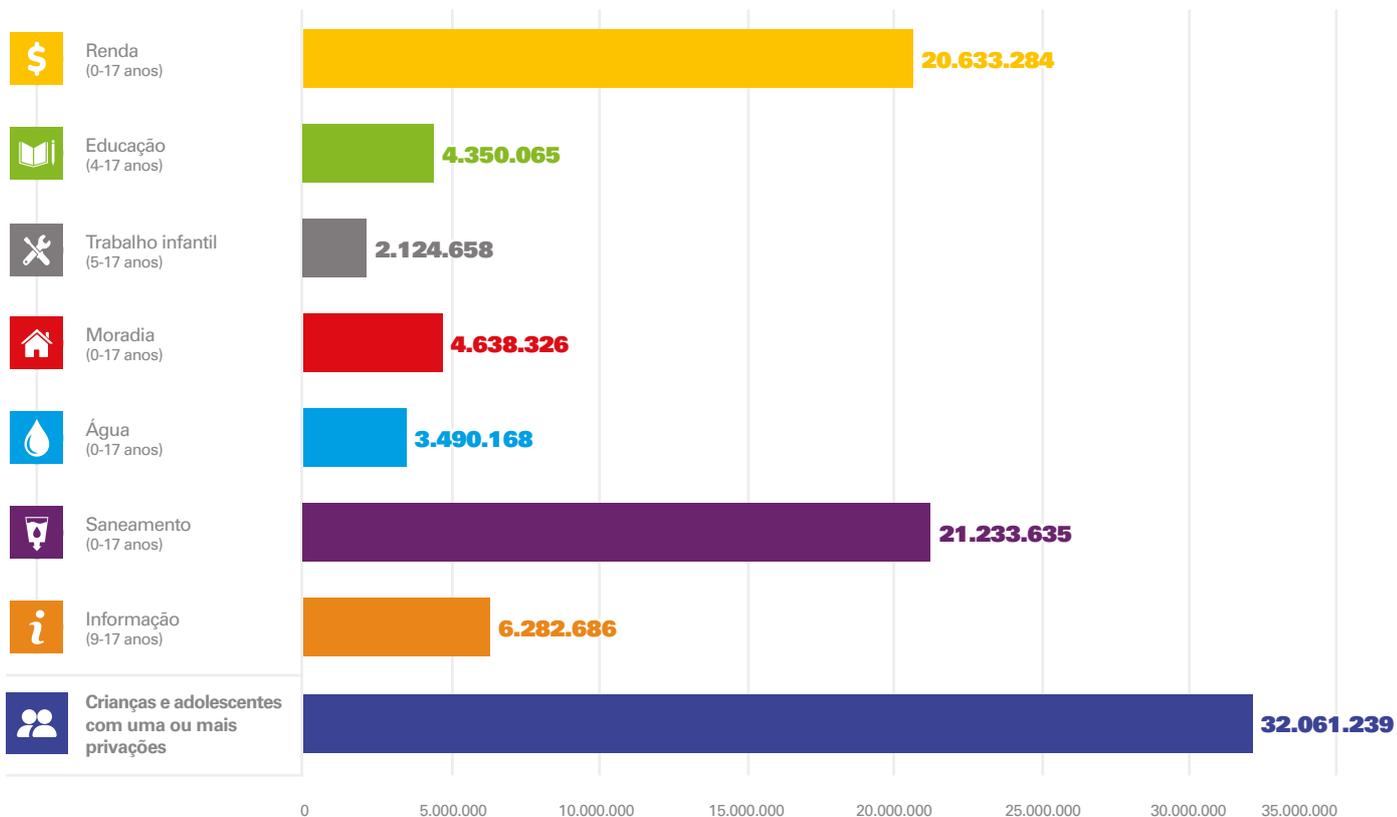
Percentual de crianças e adolescentes de até 17 anos com alguma privação em 2019, por UFs e dimensão

	 Educação	 Informação	 Trabalho Infantil	 Moradia	 Água	 Saneamento	 Renda	 Total*
DF	7,4%	3%	2,5%	5,6%	0,5%	14%	19,3%	36,7%
GO	4,6%	4,6%	3,5%	4,6%	2,7%	47,9%	28,1%	64,2%
MT	5,3%	11,1%	5%	7,3%	3,3%	67,1%	24,1%	77,3%
MS	8,2%	5,6%	4,7%	5,1%	1,1%	51%	24,9%	66,3%
RS	7,9%	7%	3,9%	6,1%	0,2%	31,2%	22,8%	53%
SC	4,8%	5,2%	3,3%	2,8%	0,8%	45,4%	13,2%	56%
PR	6,1%	8,2%	4,2%	4,1%	1,7%	34,1%	20,3%	52,5%
SP	5,1%	5%	3,4%	10,8%	0,4%	8,7%	22,9%	39,6%
RJ	7%	4,5%	1,8%	12,9%	1%	13,4%	31,2%	48%
ES	6,7%	6,6%	3,1%	6,4%	0,5%	22,3%	31,6%	51,2%
MG	5,5%	7,4%	4,9%	2,8%	1,7%	20%	31,6%	48,7%
BA	13,8%	18,1%	3,8%	6%	10%	48,2%	57%	77,8%
SE	13,9%	12,9%	4,6%	3,7%	7,5%	49,1%	56,5%	76,6%
AL	12,6%	25,3%	5,1%	6%	19,9%	67,1%	68,2%	90,3%
PE	8,7%	14%	3,5%	7,8%	15,4%	44%	59,3%	77,7%
PB	11,8%	14,9%	4,8%	5%	14,9%	52,9%	55,3%	78,5%
RN	12,2%	14,7%	2,3%	7%	8,8%	77,3%	51,2%	87,7%
CE	5,9%	19,4%	3,1%	8,2%	12,5%	62,2%	58,6%	83%
PI	12%	24%	4,7%	7,3%	16,4%	90,9%	56,3%	94%
MA	11,8%	32,4%	6,3%	10,6%	26%	84,7%	68,5%	94%
TO	7,7%	13,6%	4,5%	8,6%	4,4%	67,4%	46,4%	83,4%
AP	14,1%	18,8%	8,9%	28%	14,2%	84,4%	58,3%	94,7%
PA	14,2%	23%	5%	16,9%	17,2%	85%	58%	93,3%
RR	7,2%	17,7%	5,4%	20,3%	8,9%	63,8%	46,6%	81,2%
AM	10,8%	24,7%	4%	26%	16,7%	71,4%	63,4%	88,3%
AC	11,6%	25,7%	6,3%	14,3%	24,3%	66,8%	56,8%	83,4%
RO	8,1%	9,9%	6,8%	8%	6%	88,4%	31,9%	93,2%

*Crianças e adolescentes com pelo menos uma privação.

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

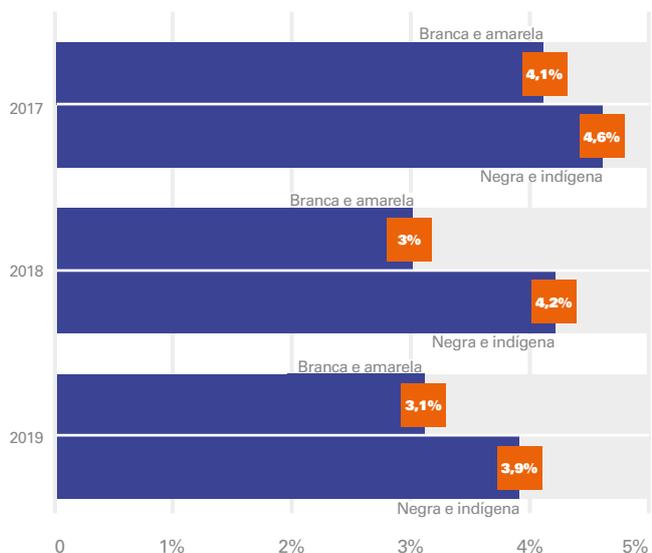
Crianças e adolescentes privados(as) de direitos por dimensão em números absolutos, 2019



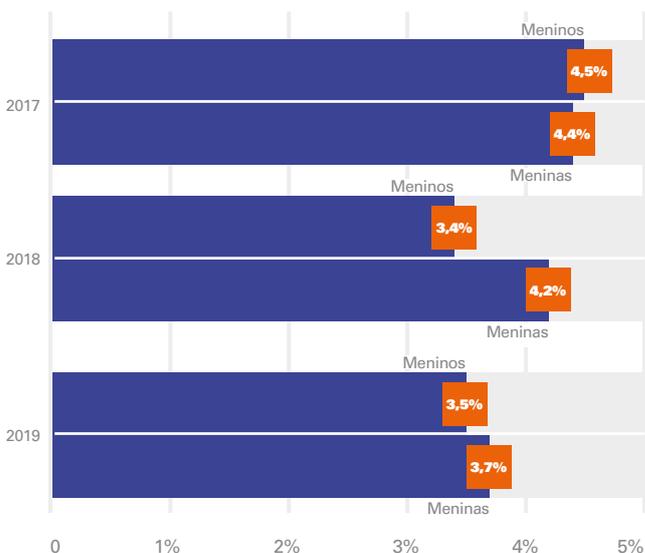
Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Trabalho infantil, 5 a 9 anos, por cor/raça e gênero – Pnad Contínua

Cor/raça



Gênero



■ Soma total de privações (intermediária e extrema)

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

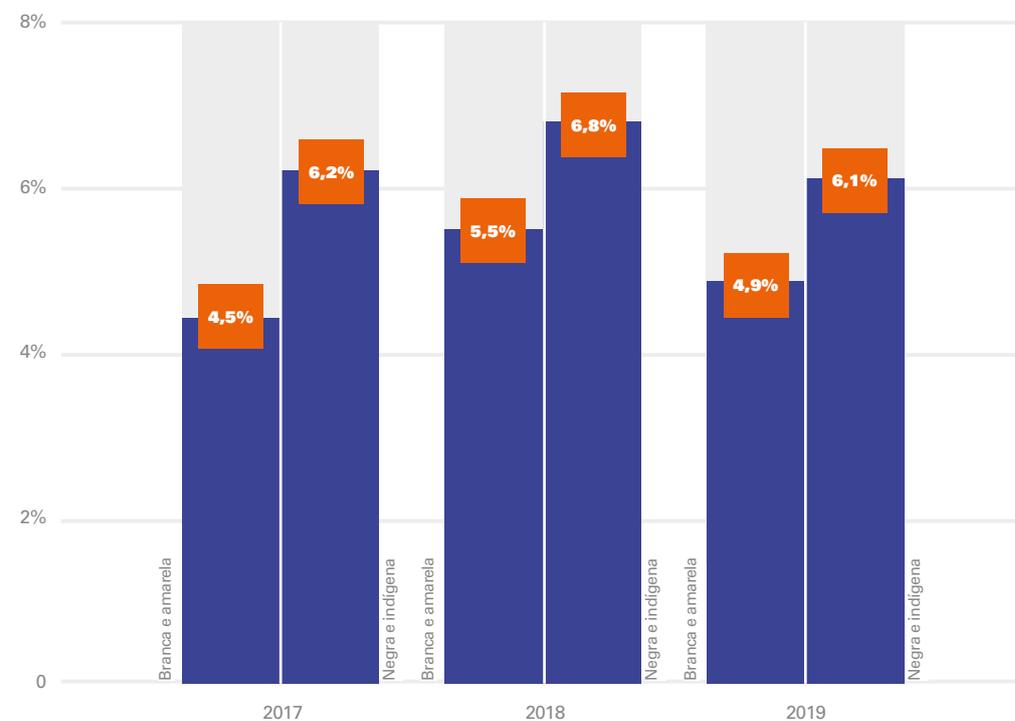
Trabalho infantil, 10 a 13 anos, por gênero – Pnad Contínua



■ Soma total de privações (intermediária e extrema)

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

Trabalho infantil, 14 a 17 anos, por cor/raça – Pnad Contínua



■ Soma total de privações (intermediária e extrema)

Fonte: Elaboração própria com Pnad Contínua.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

Youssef Abdel-Jelil

Representante do UNICEF no Brasil

Paola Babos

Representante adjunta para Programas

Michael Klaus

Chefe de Comunicação e Parcerias

Liliana Chopitea

Chefe de Políticas Sociais e
Monitoramento e Avaliação

NÚCLEO EDITORIAL

Coordenação editorial

Boris Diechtiareff, Elisa Meirelles Reis,
Liliana Chopitea, Michael Klaus, Santiago Varella
e Willian Wives

CONDUÇÃO DO ESTUDO

Daniel Vasconcellos Archer Duque, pesquisador
do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE)

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação editorial

Andréia Peres e Marcelo Bauer

Reportagem

Heloisa Brenha, Lilian Saback e Mauri König

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações

Vitor Moreira Cirqueira

Foto de capa

UNICEF/BRZ/Sérgio Moraes

Revisão e checagem

Luciane Gomide e Érico Melo

APOIO

A Fundação Vale apoiou o UNICEF na realização
do estudo *As múltiplas dimensões da pobreza na
infância e na adolescência no Brasil*.





© UNICEF/BRZ/Sérgio Moraes

Mais de 60% da população de até 17 anos vivem na pobreza no Brasil. A pobreza a que esse dado se refere é mais do que privação de renda. Tem a ver também com acesso a direitos básicos, como educação, saneamento, água, alimentação, proteção contra o trabalho infantil, moradia e informação. *As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil* apresenta o resumo de um estudo inédito do UNICEF sobre as privações que afetam crianças e adolescentes no País e os desafios atuais, que incluem o agravamento da insegurança alimentar e da pobreza extrema, além da piora da alfabetização e das persistentes desigualdades raciais e regionais.